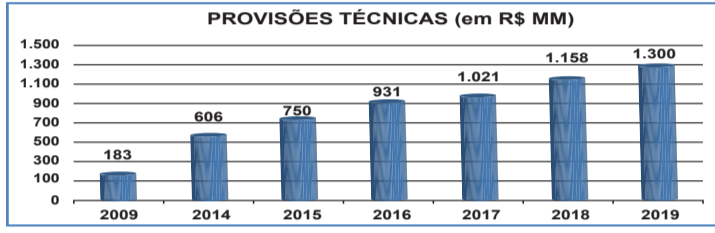
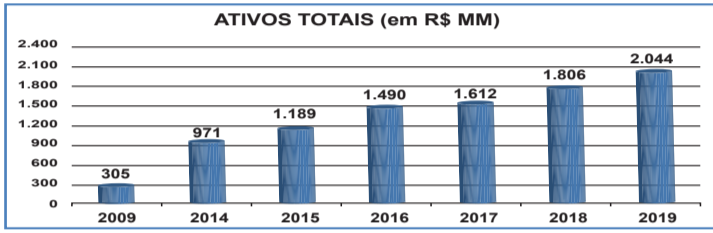
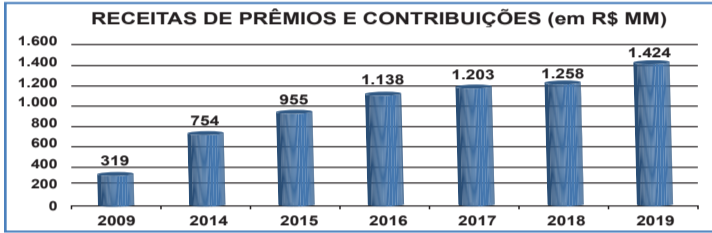


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao ano 2019. Seguindo seu planejamento estratégico, a MAG Seguros realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. A plataforma de Venda Digital, ferramenta que permite que os corretores realizem todo o processo de comercialização das soluções da companhia de forma totalmente digital, foi consolidada em 2019 e apresentou adesão expressiva com mais de 85% das vendas sendo realizadas por esta plataforma. A seguradora desenvolveu estratégias para contribuir com o aumento das vendas e da arrecadação. Dentre elas, podemos citar o crescimento do número de corretores parceiros, consolidação e expansão de parcerias comerciais e de novos canais de distribuição. A seguradora tem investido cada vez mais no relacionamento com os seus clientes. Em 2019, a companhia expandiu os seus canais de contato, sendo pioneira no atendimento via Whatsapp. Outro destaque foi a implantação do Plano de Continuidade de Negócios e a realização muito satisfatória em todos os testes realizados, o que garante ainda mais a tranquilidade aos clientes e parceiros. Para o ano de 2020, a MAG Seguros continuará a intensificar os seus investimentos em infraestrutura e tecnologia promovendo a inovação, o crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Em janeiro de 2020 a companhia celebrou seus 185 anos de atuação ininterrupta no Brasil com a realização do MAGNEXT, o maior evento do mercado segurador, que reuniu mais de 2.500 profissionais no Rio de Janeiro para conhecerem mais sobre as iniciativas da seguradora para o ano, bem como acompanhar palestras de nomes como Bernardinho, Marta Silva, Ricardo Amorim, Carlinhos Brown, David Roberts e Nilton Molina. Na ocasião, ainda, foram divulgadas as novas marcas comerciais das empresas do Grupo Mongeral Aegon, dando origem à 'MAG', contração de 'Mongeral Aegon Grupo', que já era popularmente utilizada dentro da própria companhia. Desta forma, nos planos para 2020 está, também, a realização de uma série de ações que visam consolidar este novo nome em território nacional. Sob o ponto de vista do capital humano, a seguradora seguirá apostando no desenvolvimento e qualificação dos seus profissionais. A companhia também trabalhará para o aumento da eficiência operacional e da produtividade e expansão dos negócios, apostando ainda mais em metodologias ágeis para otimização de tempo, recursos e com foco em garantir a alta qualidade das entregas. A seguir, serão apresentados os resultados financeiros da MAG Seguros. **Desempenho:** O ano de 2019 da MAG Seguros foi muito positivo. A seguradora apresentou crescimento de 13% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 12% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que foram de R\$ 1,4 bilhão e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente. Este resultado demonstra o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia. Para manter a base comparativa com períodos anteriores, caso considerássemos as receitas apuradas na SICOOB Seguradora, o total das Receitas de Prêmios e Contribuições seria de R\$ 1,9 bilhão, com crescimento expressivo de 21%. Tão importante quanto o expressivo resultado financeiro está a confiança de nossos clientes. Juntas, as duas empresas contam com mais de 4 milhões de segurados em todo o Brasil. O crescimento das receitas está de acordo com a expectativa da Administração, uma vez que, desde março de 2017, todos os novos negócios e renovações gerados pela parceria com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB foram implantados na SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A. O total das Receitas de Prêmios e Contribuições apurado na SICOOB Seguradora foi de R\$ 505 milhões. Em 2019, a companhia alcançou ainda crescimento de 21% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais. A variação observada considera todas as vendas realizadas pela parceria com o BANCOOB, inclusive as implantadas na SICOOB Seguradora. Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 347% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 612% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro. As Despesas Administrativas cresceram 15%, abaixo da evolução das vendas de coberturas de riscos. O aumento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia. A MAG Seguros intensificará o controle de despesas e a busca por maior eficiência operacional, com o objetivo de reduzir ainda mais as Despesas Administrativas. O Lucro Líquido da MAG Seguros no ano de 2019 foi de R\$ 69,3 milhões, 68% superior ao observado no mesmo período do ano anterior e alinhado com os objetivos da companhia. Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o semestre em R\$ 388 milhões, o que representou um aumento de 14% em relação ao ano anterior. Já os Ativos Totais cresceram 13%, superando R\$ 2 bilhões. O capital total segurado pela

companhia ultrapassou R\$ 475 bilhões, avançando 21,1%. **Realizações e ampliação dos segmentos de atuação:** O ano de 2019 foi marcado por muitas conquistas. A MAG Seguros seguiu na lista das melhores empresas para se trabalhar, alcançando o sétimo lugar no Rio de Janeiro e a 60ª colocação nacionalmente, segundo a Great Place To Work (GPTW). A MAG Seguros está sempre acompanhando as demandas e tendências do mercado. Neste contexto, a companhia realizou, durante o ano de 2019, o lançamento de mais de dez soluções em seguro de vida no seu portfólio, como o Vida Empresarial Global e Livre Escolha, o Seguro Exclusivo, o Diário de Internação Hospitalar, a linha Private Solutions, o Doenças Graves e o inovador seguro Cirurgias. Vale destacar, ainda, ofertas inéditas para clientes com doenças crônicas, como a diabetes. Além disso, a MAG Seguros, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social. Inovação está no DNA da MAG Seguros. Neste aspecto, a seguradora criou a área de Gestão da Inovação, que gere todo ecossistema de mais de 30 iniciativas deste tema. A companhia seguiu com a parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e com o IRB Brasil RE na segunda edição do Insurtech Innovation Program. O objetivo é desenvolver e fomentar a cultura de inovação e gerar soluções que possam ser implementadas pela seguradora. Outras iniciativas são com Universidade Federal do Rio de Janeiro para o desenvolvimento de estudos atuariais próprios, além da segunda edição do programa desenvolvido internamente para os mais de mil colaboradores da MAG Seguros no país, com o objetivo de fomentar a cultura da inovação dentro de casa. É relevante citar que a empresa manteve a sua liderança na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais. Também vale destacar a liderança no segmento de previdência complementar para servidores públicos pela distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (PREVCOM), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPASP EXE), Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES), Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG) e Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central (PREVCOM-BC). A seguradora tem investido cada vez mais nas ações de reforço à sua marca. Em 2019, a exposição positiva do Grupo Mongeral Aegon por mídia espontânea alcançou um recorde, superando 1.800 publicações na imprensa. No fim do ano, a companhia realizou também mais de dez importantes patrocínios culturais, sociais e esportivos, sempre alinhados com seus valores e posicionamento. Estar ao lado dos clientes, entendê-los e superar as suas expectativas são premissas para a MAG Seguros. Em 2019, a seguradora expandiu ainda mais as interações com clientes e beneficiários com ações, campanhas e oportunidades tanto de forma digital quanto física. Os esforços se materializaram na nota recorde do Net Promoter Score (NPS) da companhia, totalizando 57 pontos. A pesquisa foi conduzida pelo IBOPE e sua metodologia aplica uma régua de avaliação compreendida de -100 a +100 pontos. A causa da longevidade com qualidade de vida ganhou ainda mais corpo em 2019, ano em que a MAG Seguros realizou a inédita exposição 'Longevidade: os caminhos para viver mais e melhor', em parceria com o Grupo Globo, no Rio de Janeiro. A mostra contou com mais de 40 mil visitantes em 45 dias. O portal do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon continua sendo reconhecido como a referência nacional sobre o assunto, tendo superado mais de 11 milhões de visualizações ao longo do ano. **Governança Corporativa:** A MAG Seguros possui Diretoria específica de Controles Internos e Compliance, assim como Comitê de Auditoria. A companhia reforçou os investimentos na atualização e monitoramento de sua matriz de riscos, incrementando os sistemas de monitoramento de ações de prevenção à fraude e combate à lavagem de dinheiro, assim como o monitoramento de pessoas politicamente expostas. Foram realizados treinamentos aos agentes de Controles Internos e Compliance que atuam dentro das diversas áreas da companhia. Além disso, houve a continuidade do desenvolvimento de sistema para formação de banco de dados de perdas operacionais. A companhia também investe, periodicamente, em testes do seu Plano de Continuidade de Negócios, garantindo a funcionalidade da operação da seguradora. Todos os investimentos vêm sendo realizados para o alinhamento às melhores práticas de mercado e às políticas desenvolvidas pela Aegon. **Declaração:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, a MAG Seguros declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **Agradecimentos:** A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado. **A Administração.**


BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| Ativo | Nota | 2019 | 2018 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Circulante Disponível | | 1.215.389 | 1.041.925 |
| Caixa e bancos | | 1.057 | 929 |
| Aplicações | 7 | 886.563 | 767.999 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 86.047 | 94.582 |
| Prêmios a receber | 9(a) | 50.123 | 41.590 |
| Operações com seguradoras | | 1.184 | 1.184 |
| Operações com resseguradoras | 9(c) | 21.839 | 40.280 |
| Outros créditos operacionais | | 12.901 | 11.528 |
| Créditos das operações com previdência complementar | | 95.350 | 64.524 |
| Valores a receber | 9(b) | 83.149 | 53.710 |
| Créditos de resseguros | 9(c) | 10.227 | 9.368 |
| Operações com repasses | | 1.974 | 1.446 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | | 70.259 | 47.480 |
| Seguros | 17(a) | 35.000 | 30.084 |
| Previdência | | 35.259 | 17.396 |
| Títulos e créditos a receber | | 21.893 | 27.269 |
| Títulos e créditos a receber | | 4.797 | 9.954 |
| Créditos tributários e previdenciários | 22(b) | 12.275 | 10.921 |
| Outros créditos | | | |
| Adiantamentos a funcionários | | 1.458 | 4.164 |
| Adiantamentos administrativos | | 1.479 | 2.154 |
| Outros | | 1.884 | 76 |
| Outros valores e bens | | 2.267 | 2.171 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | | 1.483 | 1.131 |
| Despesas antecipadas | | 20.842 | 7.377 |
| Custos de aquisição diferidos | | 29.628 | 28.463 |
| Seguros | 17(c) | 25.644 | 23.267 |
| Previdência | 16(b) | 3.984 | 5.196 |
| Não circulante | | 828.662 | 764.139 |
| Realizável a longo prazo | | 643.206 | 590.624 |
| Aplicações | 7 | 523.179 | 475.244 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | | 15.671 | 12.877 |
| Seguros | 17(a) | 12.544 | 9.931 |
| Previdência | | 3.127 | 2.946 |
| Títulos e créditos a receber | | 66.888 | 62.308 |
| Créditos tributários e previdenciários | 22(b) | 34.081 | 38.920 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 20(c) | 32.047 | 23.388 |
| Outros créditos operacionais | | 760 | - |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | | 463 | 247 |
| Despesas antecipadas | | 4.471 | 3.813 |
| Custos de aquisição diferidos | | 32.534 | 36.136 |
| Seguros | 17(c) | 29.898 | 30.688 |
| Previdência | 16(b) | 2.636 | 5.448 |
| Investimentos | | 51.696 | 42.681 |
| Participações societárias | 11 | 34.841 | 25.826 |
| Imóveis destinados à renda | 10 | 16.855 | 16.855 |
| Imobilizado | | 52.907 | 53.834 |
| Imóveis de uso próprio | | 19.578 | 20.369 |
| Bens móveis | | 17.268 | 17.070 |
| Outras imobilizações | | 16.061 | 16.395 |
| Intangível | | 80.853 | 77.000 |
| Outros intangíveis | 13 | | |
| Total do ativo | | 2.044.051 | 1.806.064 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Passivo | Nota | 2019 | 2018 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Circulante | | 635.780 | 583.713 |
| Contas a pagar | | 111.293 | 80.371 |
| Obrigações a pagar | 14 | 67.541 | 50.309 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | | 9.261 | 7.165 |
| Encargos trabalhistas | | 15.740 | 13.044 |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 1.606 | 1.784 |
| Impostos e contribuições | | 17.145 | 8.069 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | | 21.865 | 43.827 |
| Prêmio a restituir | | 3 | - |
| Operações com seguradoras | | 299 | 176 |
| Operações com resseguradoras | | 12.949 | 35.046 |
| Corretores de seguros e resseguros | | 8.158 | 8.562 |
| Outros débitos operacionais | | 456 | 43 |
| Débitos de operações com previdência complementar | | 44.071 | 36.026 |
| Débitos de resseguros | 15(a) | 37.717 | 29.551 |
| Operações de repasses | | 584 | 388 |
| Outros débitos operacionais | | 5.770 | 6.087 |
| Depósitos de terceiros | | 34.093 | 23.531 |
| Provisões técnicas - seguros | | 301.030 | 310.698 |
| Danos | 17 | 113.012 | 129.512 |
| Pessoas | | 125.589 | 108.364 |
| Vida individual | | 61.240 | 71.990 |
| Vida com cobertura por sobrevivência | | 1.189 | 832 |
| Provisões técnicas - previdência complementar | | 123.428 | 89.260 |
| Planos bloqueados | | 1.771 | 711 |
| Planos não bloqueados | | 120.576 | 87.702 |
| PGBL/PRGP | | 1.081 | 847 |
| Não circulante | | 1.020.453 | 881.918 |
| Contas a pagar | | 8.402 | 8.907 |
| Obrigações a pagar | 14 | 600 | 600 |
| Tributos diferidos | 22(b) | 6.288 | 6.051 |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 1.514 | 2.256 |
| Débitos de operações com previdência complementar | | 21.331 | 25.257 |
| Débitos de resseguros | 15(a) | 21.331 | 25.257 |
| Provisões técnicas - seguros | | 587.659 | 462.420 |
| Danos | | 10.265 | 12.401 |
| Pessoas | | 50.961 | 35.038 |
| Vida individual | | 266.182 | 179.964 |
| Vida com cobertura por sobrevivência | | 260.251 | 235.017 |
| Provisões técnicas - previdência complementar | | 374.262 | 355.704 |
| Planos bloqueados | 16(a) | 2.445 | 2.472 |
| Planos não bloqueados | | 187.052 | 170.545 |
| PGBL/PRGP | | 184.765 | 182.687 |
| Outros débitos | | 28.799 | 29.630 |
| Provisões judiciais | 20 | 14.895 | 11.356 |
| Outras Provisões | | 13.904 | 18.274 |
| Patrimônio líquido | | 387.818 | 340.433 |
| Capital social | | 130.939 | 130.939 |
| Reservas de capital | | 35.815 | 35.815 |
| Reserva de reavaliação | | 1.464 | 1.445 |
| Reservas de lucros | | 221.862 | 174.228 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (2.262) | (1.994) |
| Lucros Acumulados | | - | - |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.044.051 | 1.806.064 |

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto lucro por ação

| | Nota | 2019 | 2018 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Prêmios emitidos | 6(a) | 840.458 | 771.366 |
| Contribuições para cobertura de riscos | | 515.908 | 429.309 |
| Varição das provisões técnicas de prêmios | | (123.689) | (121.316) |
| Prêmios ganhos | | 1.232.677 | 1.079.359 |
| Sinistros ocorridos | 23(a) | (357.901) | (307.312) |
| Custos de aquisição - Seguros | 23(d) | (183.040) | (169.742) |
| Outras receitas e despesas operacionais - Seguros | 23(c) | (65) | (607) |
| Resultado com operações de resseguro | 23(b) | 4.810 | (9.932) |
| | | (536.196) | (487.593) |
| Rendas de contribuições e prêmios | | 67.372 | 57.158 |
| Constituição da provisão de benefícios a conceder | | (61.985) | (49.026) |
| Receitas de contribuições e prêmios de VGBL | | 5.387 | 8.132 |
| Rendas com taxas de gestão e outras taxas | | 4.582 | 4.435 |
| Varição de outras provisões técnicas | | (30.490) | (20.217) |
| Custos de aquisição - Previdência | 23(d) | (157.887) | (138.326) |
| Outras receitas e despesas operacionais - Previdência | 23(e) | (14.539) | (8.640) |
| | | (198.334) | (162.748) |
| Despesas administrativas | 23(f) | (362.005) | (313.693) |
| Despesas com tributos | 23(g) | (43.889) | (39.147) |
| Resultado financeiro | 23(h) | 45.765 | 26.763 |
| Resultado patrimonial | 23(i) | 10.043 | 4.089 |
| | | (350.086) | (321.988) |
| Resultado operacional | | 153.448 | 115.162 |
| Perdas com ativos não correntes | | (8.135) | (18.382) |
| Resultado antes dos impostos e participações | | 145.313 | 96.780 |
| Imposto de renda | 22(a) | (29.163) | (18.712) |
| Contribuição social | 22(a) | (19.096) | (11.078) |
| Participações sobre o resultado | | (27.713) | (25.757) |
| Lucro líquido do exercício | | 69.341 | 41.233 |
| Quantidade de ações | | 22.656.354 | 22.656.354 |
| Lucro líquido por ação, básico e diluído (em R\$) | 21(d) | 3,06 | 1,82 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 69.341 | 41.233 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado | | |
| Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | (1.026) | 380 |
| Efeito do imposto de renda e contribuição social | 1.294 | (156) |
| Resultado abrangente do exercício | 69.609 | 41.457 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 69.341 | 41.233 |
| Ajustes ao lucro líquido: | | |
| Depreciações | 8.873 | 9.242 |
| Amortizações | 19.659 | 19.562 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (10.043) | (4.089) |
| IR e CSLL diferidos | 3.880 | 3.640 |
| Participação sobre resultado | 27.713 | 25.757 |
| Baixa intangível | 8.097 | 18.539 |
| Baixa imobilizado | 36 | 118 |
| Perda por redução de valor recuperável de ativos | (1.735) | 6.566 |
| Provisões para contingências | 5.071 | 3.482 |
| Provisão de pró-labore parcerias | 40.141 | 37.182 |
| | 171.033 | 161.232 |
| Variações nas contas patrimoniais | | |
| Aplicações financeiras | (166.499) | (173.545) |
| Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar | (20.555) | (27.677) |
| Ativos de resseguros | (25.573) | (6.209) |
| Créditos fiscais e previdenciários | 3.485 | 4.666 |
| Depósitos judiciais e fiscais | (8.659) | (1.889) |
| Despesas antecipadas | (14.123) | 1.365 |
| Custo de aquisição diferidos | 2.247 | (7.667) |
| Outros ativos | 4.278 | (9.119) |
| Contas a pagar | 31.429 | 8.010 |
| Débitos de operações com seguros, previdência e resseguros | (17.842) | (3.9 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a Aegon Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora. Em 13 de outubro de 2017 foi aprovada pela SUSEP, através da Portaria nº 7.012, a transferência parcial da carteira de seguro de vida e previdência da Mongeral para o Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Sicoob Seguradora"), publicado no D.O.U. de 17 de outubro de 2017. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

(a) Bases de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 5. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. **(b) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias: **(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **(iii) Ativos disponíveis para venda:** A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é realizado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro:** A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **(d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios cedidos em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. **(e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e suas respectivas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA): **(f) Seguros:** • Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial específica. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial específica. • Seguro DPVAT: As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. **(ii) Previdência complementar:** As provisões técnicas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). • Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC) e de Benefícios Concedidos (PMBCC): Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização ou de repartição de capitais de coberturas quando da concessão da renda. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada. As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's). Abaixo, segue a composição dos encargos e taxa de carregamento das modalidades de seguros e previdência:

| Produto | Descrição | Taxa de Juros | Taxa de Carregamento | Tábuas | Modalidade |
|---------|----------------------------|---------------|----------------------|---------------------|-------------|
| 1546 | Vida Inteira | 0% | 30% | CSO 58 | Seguros |
| 1581 | DIT | 0% | 42% | Experiência Própria | Seguros |
| 1753 | Whole Life Plus | 3,5% | 10% | CSO-80M | Seguros |
| 1102 | Pecúlio por Morte | 0% | 30% | CSO-80M | Previdência |
| 1108 | Pecúlio por Morte | 0% | 30% | CSO-58 | Previdência |
| 1103 | Pecúlio por Invalidez | 0% | 30% | Álvaro Vindas | Previdência |
| 1950 | Vida em Grupo - Taxa Média | 0% | 90% | AT-83M | Seguros |
| 1517 | Pensão | 4% | 30% | CSO-80 | Previdência |
| 1589 | Pecúlio por Morte | 0% | 5,53% | CSO-80 | Previdência |
| 1677 | Private Solutions | 3,5% | Variável | Outros | Seguros |

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando estruturados sob o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. • Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR): Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. **(f) Custos de aquisição diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas:** Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores. **(h) Imóveis destinados à renda:** Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão avaliados a custo deduzido da depreciação acumulada. O valor de mercado (nota 10) é determinado apenas para fins de divulgação. **(i) Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem os escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus

custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

| | |
|---|---------|
| Edificações | 25 anos |
| Equipamentos de informática e telecomunicação | 5 anos |
| Sistemas aplicativos | 5 anos |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |
| Aeronave | 10 anos |

(j) Intangível: O intangível refere-se aos custos com desenvolvimento de sistemas diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia cuja amortização se dará linearmente pelo prazo máximo de dez anos. Encontra-se classificado no Intangível todos os sistemas que estão sendo desenvolvidos pela Companhia. **(k) Recuperabilidade de ativos financeiros:** Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. **(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. **(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 (20% até 31 de dezembro de 2018). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **(n) Passivos financeiros - financiamentos:** Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações. **(o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível e trabalhista são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira. **(p) Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguros, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes. Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa. O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzido das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas. A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos e líquidos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábuas biométrica BR-EM5 e para premissa de invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ - TR, IGPM e IPCA) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos. O teste de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2019 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco e acrescidos da mais-valia dos ativos garantidores marcados como mantidos até o vencimento, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora. **(q) Benefícios a empregados: Obrigações de aposentadoria:** A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a Conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado. A Companhia faz contribuições para os planos de Benefícios Mongeral e Plano de Benefício nº 3, planos administrados pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. **(r) Reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. As receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento e são constituídas as provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em nota técnica atuarial. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **(s) Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Mongeral Aegon não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

4. Normas novas, alterações e interpretações de normas: As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e/ou pelo "International Accounting Standards Board" (IASB): IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto, para empresas reguladas pela SUSEP, a vigência é aplicável de acordo com as orientações deste regulador. A SUSEP não se manifestou acerca do CPC 48 (IFRS 9) até o presente momento. IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com cliente - com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes, mas não é aplicável aos prêmios de seguros. As receitas com contratos de seguros são orientadas pelo CPC 11 - Contratos de Seguros. No que não contrarie a circular SUSEP nº 517/2015 aplicam-se integralmente as disposições e critérios estabelecidos na norma. A entidade não identificou impactos para alteração dos seus registros no escopo dessa norma. IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil - Entrou em vigor em 1º de janeiro 2019. De acordo com a definição do CPC, o contrato de arrendamento é um contrato que transfere ao cliente "locatário" o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de uma contraprestação financeira. Pela nova contabilização, todos os bens relevantes arrendados deverão ser tratados como financeiros no balanço. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento. IFRS 17 - Contrato de Seguros - Essa norma passará a vigorar em 1º de janeiro de 2021, mas é permitida a aplicação antecipada. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflete a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC através do CPC 11 - Contratos de Seguros. A Seguradora está analisando os impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **(a) Provisões técnicas: Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco:** Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos

vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL) e de sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros e eventos. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores, quando aplicável, e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado tipicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados remotos, possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. **(b) Custos de aquisição diferidos:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados:** Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral Aegon Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial utiliza premissas sobre taxas de juros, inflação, crescimento salarial, taxas de mortalidade e de invalidez. **(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, coseguros e resseguros:** Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, coseguros e resseguros. A Companhia instituiu provisão de valores recuperáveis para a operação de seguros. Em relação a resseguros, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados. **(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(g) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **(h) Provisões para contingências:** A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6. Gestão de risco de seguro e risco financeiro: **(a) Gestão de risco de seguro:** O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio da seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto a resseguradores locais (IRB-Brasil Resseguros S.A. e Scor Brasil Resseguros S.A.) e a resseguradores admitidos (Scor Global Life Americas Reinsurance Company, Hannover Rück SE e RGA Global Reinsurance Company LTD). A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto às resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em resseguro, mais de 70% destinam-se aos resseguradores locais e os demais distribuídos entre os resseguradores admitidos.

Resseguradores por Categoria de Risco

| Nome Ressegurador | Tipo de Atuação | Agência Classificadora | Classificação de Risco |
|--|-----------------|-------------------------|------------------------|
| 3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A. | Local | A. M. Best Company | A |
| 3155-1 - SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A. | Local | Standard & Poor's | AA- |
| 4149-1 - HANNOVER RÜCK SE | Admitida | A. M. Best Company | A+ |
| 4149-1 - HANNOVER RÜCK SE | Admitida | Standard & Poor's/FITCH | AA- |
| 4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY | Admitida | A. M. Best Company | A+ |
| 4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY | Admitida | Standard & Poor's/FITCH | AA- |
| 4817-8 - RGA GLOBAL REINSURANCE COMPANY LTDA | Admitida | Standard & Poor's | AA- |

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda. Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos. Para a gestão dos riscos de seguros, a Seguradora revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Diretoria Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital garantido por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela presidência da Seguradora. Visando a melhor diversificação possível, a Seguradora tem aumentado suas opções de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

| Ramo | 2019 | | | 2018 | | |
|--|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| | Prêmios Emitidos Líquidos | Índice de Sinis- tralidade | Índice de Comis- sionamento | Prêmios Emitidos Líquidos | Índice de Sinis- tralidade | Índice de Comis- sionamento |
| Acidentes pessoais coletivos | 84.882 | 20% | 18% | 82.390 | 16% | 19% |
| Acidentes pessoais individuais | 31.273 | 15% | 18% | 26.775 | 12% | 19% |
| Auxílio funeral | 22.836 | 15% | 18% | 20.029 | 16% | 19% |
| Doenças graves ou doença terminal | 41.589 | 15% | 18% | 27.223 | 13% | 19% |
| DPVAT | 15.916 | 63% | 0% | 33.791 | 81% | 1% |
| Perda de certificado de habilitação de voo | 3.638 | 136% | 18% | 3.867 | 36% | 19% |
| Dotal misto | 26.546 | 0% | 18% | 38.397 | 0% | 19% |
| Prestamista | 30.360 | 18% | 18% | 11.220 | 29% | 19% |
| Renda de eventos aleatórios | 149.446 | 19% | 18% | 138.614 | 26% | 19% |
| Vida em grupo | 89.625 | 38% | 18% | 82.153 | 53% | 19% |
| Vida individual | <u>344.347</u> | <u>11%</u> | <u>18%</u> | <u>306.907</u> | <u>12%</u> | <u>19%</u> |
| | <u>840.458</u> | | | <u>771.366</u> | | |

O índice de comissionamento foi calculado a partir do comissionamento médio real pago pela Seguradora. Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Seguradora acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observadas a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias. O quadro abaixo exhibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

| Distribuição de prêmio bruto de resseguro 2019 | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Ramos | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total Geral |
| Acidentes pessoais coletivos | 4.359 | 7.481 | 2.356 | 60.617 | 10.069 | 84.882 |
| Acidentes pessoais individuais | 3.256 | 2.843 | 581 | 20.123 | 4.470 | 31.273 |
| Auxílio funeral | 1.240 | 1.412 | 279 | 17.367 | 2.538 | 22.836 |
| Doenças graves ou doença terminal | 3.777 | 4.687 | 2.079 | 26.804 | 4.242 | 41.589 |
| DPVAT | 1.547 | 3.187 | 1.031 | 7.550 | 2.601 | 15.916 |
| Perda de certificado de habilitação de voo | 69 | 30 | 10 | 3.474 | 55 | 3.638 |
| Dotal misto | 2.484 | 3.723 | 486 | 13.026 | 6.827 | 26.546 |
| Prestamista | 5 | (312) | - | 28.364 | 2.303 | 30.360 |
| Renda de eventos aleatórios | 12.412 | 31.356 | 8.305 | 74.048 | 23.325 | 149.446 |
| Seguro de vida produtor rural | - | - | - | - | - | - |
| Vida em grupo | 3.415 | 3.771 | 1.056 | 66.947 | 14.436 | 89.625 |
| Vida individual | <u>34.357</u> | <u>25.897</u> | <u>5.937</u> | <u>230.913</u> | <u>47.243</u> | <u>344.347</u> |
| Total | <u>66.921</u> | <u>84.075</u> | <u>22.120</u> | <u>549.233</u> | <u>118.109</u> | <u>840.458</u> |

| Distribuição de prêmio líquido de resseguro 2019 | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Ramos | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total Geral |
| Acidentes pessoais coletivos | 4.256 | 7.304 | 2.300 | 59.185 | 9.831 | 82.876 |
| Acidentes pessoais individuais | 3.020 | 2.637 | 539 | 18.665 | 4.147 | 29.008 |
| Auxílio funeral | 1.240 | 1.412 | 279 | 17.368 | 2.538 | 22.837 |
| Doenças graves ou doença terminal | 3.128 | 3.882 | 1.722 | 22.199 | 3.513 | 34.444 |
| DPVAT | 1.547 | 3.187 | 1.031 | 7.549 | 2.601 | 15.915 |
| Perda de certificado de habilitação de voo | 62 | 27 | 9 | 3.139 | 50 | 3.287 |
| Dotal misto | 2.484 | 3.723 | 486 | 13.027 | 6.827 | 26.547 |
| Prestamista | 5 | (303) | - | 27.584 | 2.240 | 29.526 |
| Renda de eventos aleatórios | 10.539 | 26.625 | 7.052 | 62.873 | 19.805 | 126.894 |
| Seguro de vida produtor rural | - | - | - | - | - | - |
| Vida em grupo | 3.299 | 3.637 | 1.019 | 64.572 | 13.924 | 86.446 |
| Vida individual | <u>33.794</u> | <u>25.477</u> | <u>5.841</u> | <u>227.151</u> | <u>46.476</u> | <u>338.744</u> |
| Total | <u>63.374</u> | <u>77.608</u> | <u>20.278</u> | <u>523.312</u> | <u>111.952</u> | <u>796.524</u> |

Distribuição de prêmio bruto de resseguro 2018

| Ramos | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total Geral |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Acidentes pessoais coletivos | 3.842 | 7.261 | 2.287 | 59.851 | 9.149 | 82.390 |
| Acidentes pessoais individuais | 2.626 | 2.289 | 536 | 17.528 | 3.796 | 26.775 |
| Auxílio funeral | 1.049 | 1.070 | 212 | 15.563 | 2.136 | 20.030 |
| Doenças graves ou doença terminal | 2.315 | 3.232 | 1.504 | 17.532 | 2.640 | 27.223 |
| DPVAT | 3.333 | 6.486 | 1.995 | 15.404 | 6.573 | 33.791 |
| Perda de certificado de habilitação de voo | 44 | 22 | 10 | 3.749 | 42 | 3.867 |
| Dotal Mistó | 3.919 | 4.642 | 763 | 20.166 | 8.906 | 38.396 |
| Prestamista | 5 | 529 | - | 10.307 | 381 | 11.222 |
| Renda de eventos aleatórios | 10.994 | 28.158 | 7.570 | 71.032 | 20.861 | 138.615 |
| Seguro de vida produtor rural | - | - | - | (2) | - | (2) |
| Vida em grupo | 3.065 | 3.743 | 1.076 | 60.358 | 13.912 | 82.154 |
| Vida individual | <u>29.859</u> | <u>22.315</u> | <u>5.176</u> | <u>206.973</u> | <u>42.582</u> | <u>306.905</u> |
| Total | <u>61.051</u> | <u>79.747</u> | <u>21.129</u> | <u>498.461</u> | <u>110.978</u> | <u>771.366</u> |

Distribuição de prêmio líquido de resseguro 2018

| Ramos | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total Geral |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Acidentes pessoais coletivos | 3.746 | 7.079 | 2.230 | 58.347 | 8.919 | 80.321 |
| Acidentes pessoais individuais | 2.386 | 2.079 | 487 | 15.923 | 3.448 | 24.323 |
| Auxílio funeral | 1.049 | 1.070 | 212 | 15.563 | 2.136 | 20.030 |
| Doenças graves ou doença terminal | 1.646 | 2.299 | 1.070 | 12.468 | 1.878 | 19.361 |
| DPVAT | 3.333 | 6.486 | 1.995 | 15.404 | 6.573 | 33.791 |
| Perda de certificado de habilitação de voo | 36 | 18 | 8 | 3.082 | 35 | 3.179 |
| Dotal misto | 3.919 | 4.642 | 763 | 20.166 | 8.906 | 38.396 |
| Prestamista | 5 | 496 | - | 9.654 | 357 | 10.512 |
| Renda de eventos aleatórios | 8.614 | 22.061 | 5.931 | 55.653 | 16.344 | 108.603 |
| Seguro de vida produtor rural | - | - | - | (20) | - | (20) |
| Vida em grupo | 2.930 | 3.578 | 1.028 | 57.693 | 13.298 | 78.527 |
| Vida individual | <u>28.918</u> | <u>21.612</u> | <u>5.013</u> | <u>200.451</u> | <u>41.240</u> | <u>297.234</u> |
| Total | <u>56.582</u> | <u>71.420</u> | <u>18.737</u> | <u>464.384</u> | <u>103.134</u> | <u>714.257</u> |

Testes de sensibilidade: A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 517/2015. A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo. A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que a Seguradora utiliza atualmente a premissa de 100% na apuração das suas provisões. O impacto da sinistralidade em 31 de dezembro de 2019 foi testado através do aumento e redução de premissas relevantes, para seguros e previdência, respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

| Seguros | | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | | |
|----------------|------------------|--|-------------|---------|--|
| Variáveis | Premissas | Bruto de Resseguro | % Resultado | % PL | |
| Sinistralidade | Aumento de 1,00% | 1.902 | 2,74 % | 0,47 % | |
| Sinistralidade | Redução de 1,00% | (1.902) | -2,74 % | -0,47 % | |
| | | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | | |
| Variáveis | Premissas | Líquido de Resseguro | % Resultado | % PL | |
| Sinistralidade | Aumento de 1,00% | 1.338 | 1,93 % | 0,33 % | |
| Sinistralidade | Redução de 1,00% | (1.338) | -1,93 % | -0,33 % | |
| | | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | | |
| Variáveis | Premissas | Bruto de Resseguro | % Resultado | % PL | |
| Sinistralidade | Aumento de 5,00% | 7.777 | 11,22 % | 1,92 % | |
| Sinistralidade | Redução de 5,00% | (7.777) | -11,22 % | -1,92 % | |
| | | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | | |
| Variáveis | Premissas | Líquido de Resseguro | % Resultado | % PL | |
| Sinistralidade | Aumento de 5,00% | 5.518 | 7,96 % | 1,36 % | |
| Sinistralidade | Redução de 5,00% | (5.518) | -7,96 % | -1,36 % | |

A sensibilidade da redução e/ou aumento de 1% de taxa de juros, como também 50% em persistência, 15% de mortalidade, 20% em sobrevivência e 25% de entrada em invalidez, foi testada pela Administração. O resultado da análise não impactou, de forma relevante, o passivo, o resultado e o patrimônio líquido do exercício. **(b) Risco de mercado:** Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros. Destacam-se como principais composições na carteira da Seguradora, investimentos pré-fixados e indexados aos índices de preços IPCA e IGP-M e de juros (CDI). Vale ressaltar que os ativos marcados na curva, ou seja, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados em função das taxas acordadas quanto de suas aquisições. Para os ativos marcados a mercado (MTM), a precificação se dá através da utilização de preços/estruturas de taxas de juros correntes e referenciais de mercado. As principais ferramentas e variáveis de risco considerados na análise da carteira, são: o Value at Risk (VaR), que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica da Seguradora, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio da Seguradora bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões. A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

| Grupo | Aumento de 1% na taxa | Queda de 1% na taxa |
|-------|-----------------------|---------------------|
| PRE | (682) | 682 |
| CDI | 5.121 | (5.121) |
| IPCA | (7.051) | 7.051 |

(c) Risco de crédito: O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*). • **Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos:** Com o objetivo de administrar a sua exposição ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde são priorizados os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito privado com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco. O cumprimento da referida política é acompanhado pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Seguradora. A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

| Emissor | Rating | Agência | 2019 | 2018 |
|----------------|---------|---------|-------|-------|
| Aegea | Aaa.br | Moody's | 3.397 | 3.699 |
| AES Tietê | Aa1.br | Moody's | 4.830 | 5.049 |
| Algar Telecom | brAAA | S&P | 4.657 | 6.127 |
| Arteris | brAAA | S&P | 746 | 782 |
| Banco ABC | Aa2.br | Moody's | 7.340 | 6.236 |
| Banco Alfa | AA(bra) | Fitch | 8.252 | 7.556 |
| Banco BBM | Aaa.br | Moody's | - | 1.574 |
| Banco Bradesco | Aa1.br | Moody's | 8.369 | 7.513 |
| Banco Daycoval | AA(bra) | Fitch | 9.910 | |

| Seguros | | | 2019 |
|---|----------------|----------------|------------------|
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 67.889 | 5.125 | 73.014 |
| Provisões técnicas - seguros | 188.018 | 577.394 | 765.412 |
| Provisões técnicas - DPVAT | 113.012 | 10.265 | 123.277 |
| Débitos das operações com seguros | 21.865 | - | 21.865 |
| Depósitos de terceiros | 18.185 | - | 18.185 |
| Total passivo | 408.969 | 592.784 | 1.001.753 |
| | | | |
| Previdência | | | |
| Ativo | | | |
| Caixa e bancos | 412 | - | 412 |
| Aplicações | 297.606 | 204.040 | 501.646 |
| Créditos das operações com previdência complementar | 95.350 | - | 95.350 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas | 35.259 | 3.127 | 38.386 |
| Títulos e créditos a receber | 8.538 | 12.795 | 21.333 |
| Outros valores e bens | 884 | - | 884 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | 578 | 180 | 758 |
| Total ativo | 438.627 | 220.142 | 658.769 |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 43.404 | 3.277 | 46.681 |
| Provisões técnicas - previdência | 123.428 | 374.262 | 497.690 |
| Débitos das operações com previdência | 44.071 | 21.331 | 65.402 |
| Depósitos de terceiros | 15.908 | - | 15.908 |
| Total passivo | 226.811 | 398.870 | 625.681 |
| | | | |
| Seguros | | | |
| Ativo | | | |
| Caixa e bancos | 539 | - | 539 |
| Aplicações | 363.071 | 275.642 | 638.713 |
| Aplicações DPVAT | 142.014 | - | 142.014 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 94.582 | - | 94.582 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas | 30.084 | 9.931 | 40.015 |
| Títulos e créditos a receber | 15.816 | 14.328 | 30.144 |
| Outros ativos | 1.259 | - | 1.259 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | 656 | 143 | 799 |
| Total ativo | 648.021 | 300.044 | 948.065 |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 46.615 | 5.166 | 51.781 |
| Provisões técnicas - seguros | 181.186 | 450.019 | 631.205 |
| Provisões técnicas - DPVAT | 129.512 | 12.401 | 141.913 |
| Débitos das operações com seguros | 43.827 | - | 43.827 |
| Depósitos de terceiros | 5.170 | - | 5.170 |
| Total passivo | 406.310 | 467.586 | 873.896 |
| | | | |
| Previdência | | | |
| Ativo | | | |
| Caixa e bancos | 390 | - | 390 |
| Aplicações | 262.914 | 199.602 | 462.516 |
| Créditos das operações com previdência complementar | 64.524 | - | 64.524 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas | 17.396 | 2.946 | 20.342 |
| Títulos e créditos a receber | 11.453 | 10.376 | 22.468 |
| Outros ativos | 912 | - | 912 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | 475 | 104 | 579 |
| Total ativo | 358.064 | 213.028 | 571.092 |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 33.756 | 3.741 | 37.497 |
| Provisões técnicas - previdência | 89.260 | 355.704 | 444.964 |
| Débitos das operações com previdência | 36.026 | 25.257 | 61.283 |
| Depósitos de terceiros | 18.361 | - | 18.361 |
| Total passivo | 177.403 | 384.702 | 562.105 |

(e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa. Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência

do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Em 31 de dezembro de 2019, a Seguradora possui capacidade financeira para manter os títulos mantidos até o vencimento nesta categoria. Não ocorreram movimentações de classificação de títulos entre as categorias. (b) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI). Os valores dos ajustes diários são contabilizados dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição, em quantidade de contratos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

| Futuro | Posição | Referência | Vencimento | 2019 | 2018 | Objetivo |
|--------|----------|--------------------------|------------|------|------|----------|
| WDO | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2019 | 0 | 2 | Hedge |
| WDO | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/02/2019 | 0 | 1 | Hedge |
| WIN | Vendido | Depósito interfinanceiro | 01/02/2019 | 0 | 3 | Hedge |
| IND | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/02/2019 | 0 | 25 | Hedge |
| IND | Comprado | Depósito interfinanceiro | 03/02/2020 | 50 | 0 | Hedge |
| IND | Vendido | Depósito interfinanceiro | 03/02/2020 | 1 | 0 | Hedge |
| WIN | Comprado | Depósito interfinanceiro | 03/02/2020 | 4 | 0 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/07/2020 | 285 | 135 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 04/01/2021 | 0 | 4 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 03/01/2022 | 0 | 2 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 03/01/2022 | 0 | 1 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 03/01/2022 | 0 | 2 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2023 | 1 | 2 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 02/01/2023 | 308 | 2 | Hedge |
| DAP | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/05/2023 | 2 | 0 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 02/01/2024 | 2 | 0 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 02/01/2025 | 0 | 2 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 02/01/2025 | 0 | 2 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2025 | 1 | 0 | Hedge |

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição. Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (*V@R, Tracking Error e Testes de Stress*), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon. (c) Movimentação das aplicações financeiras: A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

| | Títulos Privados - Fixo e Variável | | Quotas de Fundos de Investimento | | Títulos Públicos - Fixo e Variável | | Outras Aplicações | | Total | |
|--------------------|------------------------------------|---------------|----------------------------------|------------------|------------------------------------|------------|-------------------|--------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Saldo Inicial | 15.281 | 14.912 | 1.225.974 | 1.052.655 | 988 | 1.021 | 1.000 | 1.110 | 1.243.243 | 1.069.698 |
| Aplicações | 273.865 | 55.406 | 729.253 | 529.635 | 468 | - | 6.761 | 5.822 | 1.010.347 | 590.863 |
| Resgates | (269.642) | (55.495) | (677.241) | (448.279) | - | - | (93) | (6.638) | (953.521) | (509.806) |
| Rendimentos | 2.089 | 458 | 107.519 | 91.963 | 62 | 60 | 3 | 7 | 109.673 | 92.488 |
| Saldo Final | 21.593 | 15.281 | 1.385.505 | 1.225.974 | 1.518 | 988 | 1.126 | 1.000 | 1.409.742 | 1.243.243 |

8. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e a SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015 e suas respectivas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

| | 2019 | 2018 |
|--|-----------|-----------|
| Provisões técnicas - seguros e previdência | 1.386.379 | 1.218.082 |
| Ajuste do TAP | 20.686 | 4.505 |
| Ativos redutores da necessidade de cobertura | | |
| Provisões técnicas - resseguros | (75.661) | (54.576) |
| Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG | (3.229) | (2.672) |
| Direitos creditórios | (36.821) | (21.696) |
| Provisões técnicas - PGBL e VGBL | (355.312) | (326.175) |
| DPVAT | (123.277) | (141.913) |
| Depósitos judiciais | (5.742) | (3.452) |
| Total das reduções | (600.042) | (550.484) |
| Provisões técnicas para cobertura (líquido) | 807.023 | 672.103 |
| Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas | | |
| Quotas de fundos de investimento | 271.149 | 134.066 |
| Quotas de fundos especialmente constituídos | 631.439 | 620.576 |
| Recibo de depósitos bancários | 17.253 | 13.870 |
| Ações de companhias de capital aberto | 1.994 | 968 |
| LFSN | 501 | - |
| | 922.336 | 769.480 |
| Suficiência | 115.313 | 97.377 |
| Capital de risco de mercado sem vigências não registradas dos fluxos | 203.279 | 162.305 |
| 20% CMR_F | 40.656 | 32.461 |
| Liquidez | 74.659 | 64.916 |

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

9. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

| Composição dos créditos das operações com seguros | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Prêmios a receber de segurados - emitidos | 59.437 | 60.716 |
| Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro | 61 | 61 |
| Prêmios a receber de segurados - não emitidos | 12.341 | 6.476 |
| Total | 71.839 | 67.253 |

Redução ao valor recuperável:

| | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Prêmios a receber de segurados | (21.716) | (25.663) |
| Total | 50.123 | 41.590 |

Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos

| A vencer | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|
| De 1 a 60 dias | 20.229 | 14.357 |
| De 61 a 120 dias | 67 | 111 |
| De 121 a 180 dias | 26 | 4 |
| De 181 a 365 dias | 3 | 3 |
| Superior a 365 dias | 1 | - |
| Vencidos | 39.111 | 46.241 |
| De 1 a 60 dias | 16.645 | 18.420 |
| De 61 a 120 dias | 4.789 | 6.777 |
| De 121 a 180 dias | 2.307 | 5.485 |
| De 181 a 365 dias | 4.253 | 6.399 |
| Superior a 365 dias | 11.117 | 9.160 |
| Prêmios pendentes no final do exercício | 59.437 | 60.716 |

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

| | |
|--|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (25.663) |
| Constituições | (44.629) |
| Valores revertidos ou baixados | 48.576 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (21.716) |

| | |
|--|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (19.235) |
| Constituições | (47.116) |
| Valores revertidos ou baixados | 40.688 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (25.663) |

(b) Valores a receber previdência complementar

| Composição dos créditos das operações com previdência complementar | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|
| Valores a receber - emitidos | 84.945 | 59.514 |
| Valores a receber - não emitidos | 13.580 | 7.360 |
| Total | 98.525 | 66.874 |

Redução ao valor recuperável:

| | | |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| (-) Redução ao valor recuperável | (15.376) | (13.164) |
| Total | 83.149 | 53.710 |

Aging de valores a receber

| A vencer | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|
| De 1 a 60 dias | 49.716 | 37.599 |
| De 61 a 120 dias | 42.592 | 36.066 |
| De 121 a 180 dias | 7.123 | 1.533 |
| De 181 a 365 dias | - | - |
| Superior a 365 dias | 1 | - |
| Vencidos | 35.229 | 21.915 |
| De 1 a 60 dias | 21.046 | 14.572 |
| De 61 a 120 dias | 9.469 | 4.990 |
| De 121 a 180 dias | 2.835 | 2.182 |
| De 181 a 365 dias | 1.665 | 43 |
| Superior a 365 dias | 214 | 128 |
| Prêmios pendentes no final do exercício | 84.945 | 59.514 |

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

| | |
|--|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (13.164) |
| Constituições | (64.963) |
| Valores revertidos ou baixados | 62.751 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (15.376) |

| | |
|--|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (13.026) |
| Constituições | (37.296) |
| Valores revertidos ou baixados | 37.158 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (13.164) |

(c) Operações com resseguradoras

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Comissão | 1.667 | 21.925 |
| Custos | 4.323 | 3.576 |
| Pró-Labore | 2.348 | 421 |
| Sinistros | 13.501 | 14.358 |
| Crédito das operações seguros | 21.839 | 40.280 |
| Comissão | - | 2 |
| Pró-Labore | 2.791 | 1.658 |
| Sinistros | 7.436 | 7.708 |
| Créditos das operações previdência | 10.227 | 9.368 |

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadações em relação ao montante de emissões nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2019, não foi identificado necessidade de constituição de provisão de valor recuperável considerando o histórico de recebimentos da operação de resseguro.

10. Imóveis destinados a renda

Em 31 de dezembro de 2019, o imóvel da Companhia destinado à renda está apresentado a seguir:

| | Custo | Reavaliação | Total | Valor de mercado |
|----------------------------------|--------|-------------|--------|------------------|
| Terenos destinados à renda | | | | |
| Residencial Farol de Santa Marta | 16.590 | 265 | 16.855 | 25.510 |

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28 – Propriedade para investimento.

Desenvolvimento do Segmento de Previdência e Vida Individual
SINISTROS INCORRIDOS – PREV + VI

| ANO DE AVISO | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| No ano da ocorrência | 78.572 | 105.029 | 99.419 | 105.261 | 124.573 |
| Até 1 ano após o ano da ocorrência | 97.330 | 123.097 | 118.808 | 131.120 | |
| Até 2 anos após o ano da ocorrência | 100.079 | 126.680 | 121.389 | | |
| Até 3 anos após o ano da ocorrência | 103.017 | 127.522 | | | |
| Até 4 anos após o ano da ocorrência | 103.032 | | | | |

PAGAMENTOS – PREV + VI

| ANO DE AVISO | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------------------------------|--------|---------|---------|---------|--------|
| No ano da ocorrência | 70.418 | 87.046 | 86.262 | 92.825 | 99.052 |
| Até 1 ano após o ano da ocorrência | 89.296 | 114.944 | 112.335 | 122.642 | |
| Até 2 anos após o ano da ocorrência | 91.642 | 117.998 | 115.060 | | |
| Até 3 anos após o ano da ocorrência | 93.680 | 119.481 | | | |
| Até 4 anos após o ano da ocorrência | 94.979 | | | | |

CONSOLIDADO

| PREV+VI | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Total |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Estimativa Data-Base (A) | 103.032 | 127.522 | 121.389 | 131.120 | 124.573 | 607.636 |
| Pagamentos Efetuados (B) | 94.979 | 119.481 | 115.060 | 122.642 | 99.052 | 551.214 |
| Represent. dos Pagamentos (C) = (B) / (A) | 92,18% | 93,69% | 94,79% | 93,53% | 79,51% | 90,71% |
| Sinistros Pendentes (D) = (A) - (B) | 8.053 | 8.041 | 6.329 | 8.478 | 25.521 | 56.422 |
| Sinistros Pendentes Anteriores à data de análise | | | | | | 27.463 |
| PSL Pendente Contabilizada | | | | | | 83.885 |

19. Empréstimos e financiamentos

| | 2019 | | | | | 2018 | | | | | |
|---------------|---------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | Prazo Total (meses) | Valor do contrato | Curto prazo | Longo prazo | Total | Valor do contrato | Curto prazo | Longo prazo | Total | Taxa Mensal | Vencimento |
| Bradesco S.A. | 34 | 285 | 101 | 78 | 179 | 1.035 | 402 | 179 | 581 | 0,69% | Até 09/2021 |
| Citibank | 36 | - | - | - | - | 3.117 | 332 | - | 332 | 1,58% | Até 03/2019 |
| Safra | 36 | - | - | - | - | 565 | 161 | - | 161 | 1,24% | Até 11/2019 |
| Daycoval | 60 | 4.338 | 1.001 | 1.063 | 2.064 | 4.338 | 849 | 2.064 | 2.913 | 1,29% | Até 11/2021 |
| Santander | 24 | 1.083 | 504 | 373 | 877 | 80 | 40 | 13 | 53 | 0,88% | Até 04/2020 |
| Total | | 5.706 | 1.606 | 1.514 | 3.120 | 9.135 | 1.784 | 2.256 | 4.040 | | |

Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Seguradora dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de *covenants* e nem possuíram custos de captação.

20. Provisões para contingências
(a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

| Probabilidade de perda | Contingências fiscais | | | |
|------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor reclamado | Valor provisionado | Valor provisionado |
| Possível | 48 | 23.343 | - | - |
| Total | 48 | 23.343 | - | - |

| Probabilidade de perda | Contingências trabalhistas | | | |
|------------------------|----------------------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor reclamado | Valor provisionado | Valor provisionado |
| Provável | 56 | 9.335 | 9.335 | 6.106 |
| Possível | 25 | 3.455 | - | - |
| Remota | 13 | 2.944 | - | - |
| Total | 94 | 15.734 | 9.335 | 6.106 |

| Probabilidade de perda | Contingências benefícios | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor reclamado | Valor provisionado | Valor provisionado |
| Provável | 319 | 42.206 | 38.830 | 31.813 |
| Possível | 912 | 121.349 | 43.686 | 32.832 |
| Remota | 172 | 20.738 | 1.452 | 2.042 |
| Total | 1.403 | 184.293 | 83.968 | 66.687 |

| Probabilidade de perda | Contingências cíveis | | | |
|------------------------|----------------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| | Quantidade | Valor reclamado | Valor provisionado | Valor provisionado |
| Provável | 148 | 5.560 | 5.560 | 5.250 |
| Possível | 403 | 27.290 | - | - |
| Remota | 100 | 1.465 | - | - |
| Total | 651 | 34.315 | 5.560 | 5.250 |

(b) Movimentação das provisões judiciais

| | 2019 | | | | |
|-----------------------------|---------|------------------|-----------------|------------|----------|
| | Fiscais | Trabalhistas (i) | Benefícios (ii) | Cíveis (i) | Total |
| No início do exercício | - | 6.106 | 66.687 | 5.250 | 78.043 |
| Constituições/reestimativas | - | 1.919 | 47.918 | 1.410 | 51.247 |
| Liquidações | - | (360) | (31.298) | (1.172) | (32.830) |
| Atualizações | - | 1.670 | 660 | 72 | 2.402 |
| No final do exercício | - | 9.335 | 83.967 | 5.560 | 98.862 |

| | 2018 | | | | |
|-----------------------------|---------|------------------|-----------------|------------|---------|
| | Fiscais | Trabalhistas (i) | Benefícios (ii) | Cíveis (i) | Total |
| No início do exercício | - | 4.640 | 62.117 | 5.361 | 72.118 |
| Constituições/reestimativas | - | 1.584 | 12.141 | 1.493 | 15.218 |
| Liquidações | - | (154) | (7.621) | (1.973) | (9.748) |
| Atualizações | - | 36 | 50 | 369 | 455 |
| No final do exercício | - | 6.106 | 66.687 | 5.250 | 78.043 |

(i) Registrado em Outros Débitos – Provisões Judiciais; (ii) Registrado em Provisões Técnicas.

(c) Depósitos judiciais

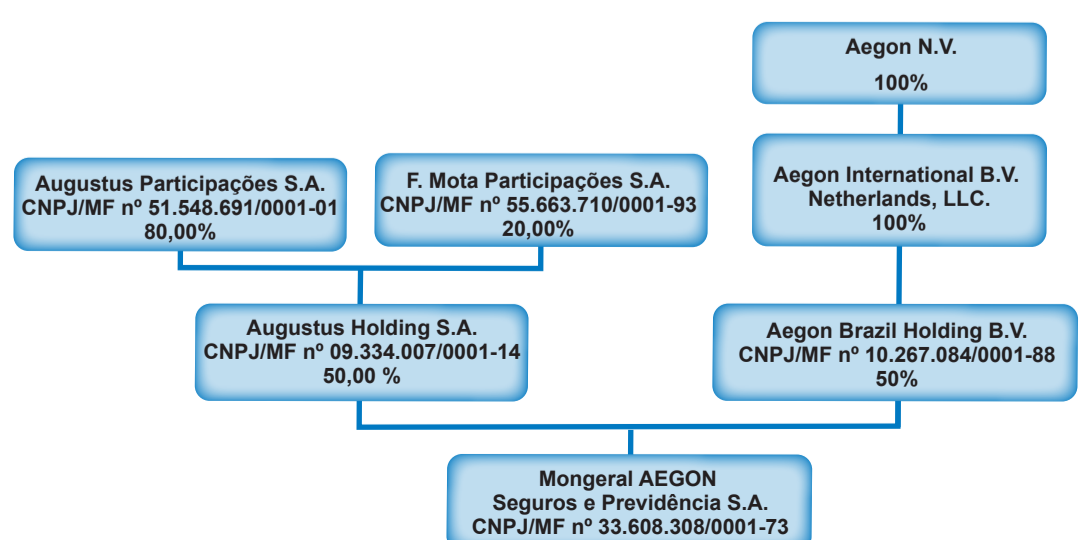
| | 2019 | 2018 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Sinistros | 15.338 | 8.600 |
| Tributos | 11.371 | 10.737 |
| Trabalhistas | 1.998 | 1.538 |
| Cíveis e administrativos | 3.340 | 2.513 |
| Total | 32.047 | 23.388 |

(d) Descrição resumida das principais ações: *Fiscais:* Existem 68 processos de natureza tributária, dos quais 48 a Seguradora é parte ré e 20 a Seguradora é parte autora, sendo que todas as mencionadas ações possuem probabilidades de perda "possível". Com relação à COFINS, há uma ação em curso (a Companhia é ré), com probabilidade "possível", com valor total de R\$ 2.907 e com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, na qual a Seguradora pleiteia o direito de não recolher a contribuição, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Com relação à CSLL, há uma causa com probabilidade "possível", com valor total de R\$ 8.665 com fato gerador até março de 2004, período no qual a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto pleiteia a inexistência de fato gerador. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 11.371 (2018 – R\$10.737). *Cíveis:* Existem 667 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação dos quais 651 a Seguradora é parte ré e 16 a Seguradora é parte autora. Tais processos envolvem principalmente a discussão referente à devolução de contribuições. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, à ordem de 100% do valor em risco. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R\$ 5.560. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 3.340 (2018 – R\$ 2.513). *Trabalhistas:* As ações trabalhistas, que somam o total de 94 ações, referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação motivo pelo qual a previsão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.998 (2018 – R\$ 1.538). *Benefícios:* Existem 1.403 processos de natureza benefício (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 7% para causas remotas (2018 – 10%), 36% para as causas possíveis (2018 – 36%) e 92% para as causas prováveis (2018 – 81%). Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R\$ 83.968. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 15.338 (2018 – R\$ 8.600).

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 22.656.354 ações ordinárias sem valor nominal.

Organograma Societário - Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.



(b) Reservas de lucros: A reserva de lucros inclui a reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social. O saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido o limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A reserva de reavaliação está apresentada líquida dos encargos tributários sendo realizada na proporção em que os ativos que lhes deram origem são depreciados. A reserva de capital refere-se a reserva especial de ágio no montante de R\$ 35.815, oriunda da incorporação da Aegon Brasil Holding Ltda, realizada em 18 de maio de 2011. **(c) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2019 foram distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios o valor de R\$ 9.748 que foi provisionado em 31 de dezembro de 2018. Os acionistas deliberaram também a aprovação da distribuição complementar de R\$ 5.252, provenientes dos recursos disponíveis da Reserva de Retenção de Lucros. Totalizando R\$ 15.000 distribuídos proporcionalmente aos acionistas em 30 de abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 foram propostos dividendos no valor de R\$ 16.472, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício deduzidos da destinação para reserva legal. **(d) Lucro por ação - básico e diluído:** Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

| | 2019 | 2018 |
|--|-------------|-------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do exercício | 69.341 | 41.233 |
| Denominador (número de ações) | | |
| Média ponderada de número de ações em circulação | 22.656.354 | 22.656.354 |
| | 3,06 | 1,82 |

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|-----------|----------|
| Patrimônio líquido contábil | 387.818 | 340.433 |
| (-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras | (34.841) | (25.826) |
| (-) Despesas antecipadas | (25.313) | (11.190) |
| (-) Intangível | (80.853) | (77.000) |
| (-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PNPG | (43.846) | (30.963) |
| Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-) | 202.965 | 195.454 |
| Capital Base | 15.000 | 15.000 |
| Capital de Risco de Subscrição | 182.277 | 142.984 |
| Capital de Risco de Crédito | 21.614 | 18.806 |
| Capital de Risco Operacional | 3.707 | 3.272 |
| Capital de Risco de Mercado | 268.247 | 183.346 |
| Benefício da correlação de riscos | (102.091) | (76.930) |
| Capital de Risco | 373.754 | 271.478 |
| Exigência de Capital - CMR | 373.754 | 271.478 |
| Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-) | 202.965 | 195.454 |
| Ajustes associados à variação dos valores econômicos | 241.325 | 143.626 |
| PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (+/-) | 444.290 | 339.080 |
| (-) Exigência de Capital - CMR | 373.754 | 271.478 |
| Suficiência/(insuficiência) do PLA | 70.536 | 67.602 |
| Suficiência de capital (%) | 18,87% | 24,90% |

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 343, de 26 de dezembro de 2016.

22. Imposto de renda e contribuição social

(a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL |
| Resultado antes dos impostos e participações | 145.313 | 96.780 |
| Participação nos lucros | (27.713) | (25.757) |
| Base de cálculo | 117.600 | 71.023 |
| Alíquota nominal | 40% | 45% |
| Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal | 47.040 | 31.960 |
| Diferenças permanentes | 1.219 | (2.170) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado | 48.259 | 29.790 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 44.379 | 26.150 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 3.880 | 3.640 |
| Total | 48.259 | 29.790 |

(b) Créditos tributários e provisão para tributos

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Ativo - créditos tributários e previdenciários | | |
| Circulante | | |
| Créditos tributários | | |
| Antecipações | 7.300 | 6.792 |
| Outros impostos a compensar | 4.975 | 4.129 |
| Total | 12.275 | 10.921 |
| Não circulante | | |
| Benefício fiscal gerado pela incorporação | 6.564 | 10.881 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*) | 27.517 | 28.039 |
| Total | 34.081 | 38.920 |
| Passivo - provisão para tributos diferidos | | |
| Não circulante | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*) | 6.288 | 6.051 |
| Total | 6.288 | 6.051 |

(*) Lei nº 13.169/2015 - Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas. Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornou a 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se, principalmente, a provisão para redução do valor recuperável de prêmios e valores a receber, provisão para contingências e provisão para pagamento de pró-labore a parceiros. A realização de créditos diferidos ocorrerá conforme a realização das provisões. O benefício fiscal gerado pela incorporação será realizado até 2021.

23. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado
(a) Sinistros ocorridos

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Indenizações avisadas | (187.443) | (164.871) |
| Indenizações DPVAT | (21.713) | (20.209) |
| Despesas com sinistros | (7.262) | (8.645) |
| Despesas com benefícios/Planos de pecúlio | (155.072) | (122.938) |
| Recuperação de sinistros | (383) | 64 |
| Varição de sinistros ocorridos mas não avisados | 17.823 | 4.497 |
| Varição de eventos ocorridos mas não avisados | (3.987) | 4.730 |
| Varição de despesas relacionadas do IBNR | 136 | 60 |
| Total | (357.901) | (307.312) |

(b) Resultado com operações de resseguro

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------|--------------|----------------|
| Repasse | (117.043) | (107.822) |
| Recuperação de sinistros | 121.853 | 97.890 |
| Total | 4.810 | (9.932) |

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros

| | 2019 | 2018 |
|---|-------------|--------------|
| Receita com emissão de apólice | 4.384 | 3.909 |
| Despesas com cobrança | (2.703) | (4.166) |
| Consortio DPVAT | 684 | 2.291 |
| Provisão para risco de créditos duvidosos | 3.947 | (6.427) |
| Outros custos operacionais resseguro | 3.177 | - |
| Outras | (9.554) | 3.786 |
| Total | (65) | (607) |

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------|------|------|
| Despesas de corretagem e | | |

(e) Outras receitas e despesas operacionais – previdência

| | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|----------------|
| Serviço funeral | 2.008 | 2.120 |
| Receitas c/serviços de distribuição | 936 | 990 |
| Processos judiciais | (872) | (3.344) |
| Serviço funeral | (13.571) | (10.465) |
| Serviços assistências | 1.945 | 890 |
| Taxa de administração | (3.190) | (2.594) |
| Provisão para riscos sobre valores a receber | (2.212) | (139) |
| Parceria comercial | (1.718) | (97) |
| Outras | 2.135 | 3.999 |
| | (14.539) | (8.640) |

(f) Despesas administrativas

| | 2019 | 2018 |
|--|------------------|------------------|
| Pessoal próprio | (210.465) | (185.434) |
| Serviços de terceiros | (44.063) | (38.114) |
| Localização e funcionamento | (82.790) | (73.368) |
| Publicidade e propaganda | (11.040) | (5.590) |
| Despesas com donativos e contribuições | (6.424) | (5.909) |
| Jornais e revistas | (300) | (252) |
| Publicações | (352) | (387) |
| Multas | (104) | (93) |
| Convênio DPVAT | (3.868) | (4.172) |
| Outras | (2.599) | (374) |
| | (362.005) | (313.693) |

(g) Despesas com tributos

| | 2019 | 2018 |
|----------------------|-----------------|-----------------|
| Impostos | (1.794) | (1.296) |
| Contribuições | (40.108) | (35.726) |
| COFINS | (34.491) | (30.718) |
| PIS | (5.617) | (5.008) |
| Taxa de fiscalização | (1.408) | (2.028) |
| Outras | (579) | (97) |
| | (43.889) | (39.147) |

(h) Resultado financeiro

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------------------|---------|--------|
| Receitas financeiras | | |
| Títulos de renda fixa | 910 | 866 |
| Receitas com fundos de investimentos | 104.702 | 92.384 |
| Outras receitas financeiras | 2.831 | 2.956 |

| DIRETORIA | | |
|--|--|--|
| Helder Molina Diretor-Presidente | Osmar Navarini Diretor | Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/O6 |
| José Carlos Gomes Mota Diretor | Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor | Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068 |
| Nuno Pedro Correia David Diretor | Raphael de Almeida Barreto Diretor | |

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Despesas financeiras | | |
| Despesas financeiras sobre provisões técnicas | (61.869) | (69.181) |
| Outras | (809) | (262) |
| | 45.765 | 26.763 |

(i) Resultado patrimonial

| | 2019 | 2018 |
|-----------------------------|---------------|--------------|
| Equivalência patrimonial(*) | 10.206 | 4.089 |
| Outras | (163) | - |
| | 10.043 | 4.089 |

(*) O resultado de equivalência patrimonial é relativo a participação na Sicoob Seguradora.

24. Aposentadorias e Pensões

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 1.771 (R\$ 2.328 em 31 de dezembro de 2018) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 386 (R\$ 360 em 31 de dezembro de 2018) de acordo com os requerimentos do CPC 33, registrada na rubrica "Obrigação a Pagar".

25. Transações com Partes Relacionadas

A Administração identificou, como partes relacionadas à Companhia, operações com as empresas Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda, Longevity Services Consultoria e Serviços Ltda, Mongeral Aegon Holding Ltda, Winsocial Administradora de Benefícios Ltda, MAG Pagamentos Ltda e Instituto de Longevidade Mongeral Aegon. A Companhia efetuou pagamentos para Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda referente ao Contrato de Distribuição de Produtos e agenciamento que totalizaram R\$ 644 (2018 – R\$69). A partir de maio/2019 deu início aos pagamentos referente ao Contrato de Prestação de Serviço de Consultoria e Assessoria Técnica totalizando R\$ 3.654, também para a Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda. A Companhia efetuou também pagamentos para a MAG Pagamentos Ltda referente ao serviço de desenvolvimento de sistema que totalizaram R\$ 242, para Winsocial Administradora de Benefícios Ltda. referente a serviços prestados de desenvolvimento de software que totalizaram R\$ 3.104 (2018 – R\$ 1.810) e para o Instituto de Longevidade Mongeral Aegon referente a doações que totalizaram R\$ 2.775 (2018 – R\$ 1.250). A Seguradora teve o recebimento de R\$ 26 (2018 – R\$ 26) relativo a operação de seguro dos funcionários Mongeral Aegon Investimentos Ltda, Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda. e Longevity Services Consultoria e Serviços Ltda. A despesa incorrida até a data de 31 de dezembro de 2019 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 30.202 (2018 – R\$ 18.646). A seguradora tem o saldo de Títulos e créditos a receber do Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. no valor de R\$ 619 (R\$ 4.198).

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
|--|---|
| Membros titulares Nilton Molina (Presidente) Marijn Paul Smit (Vice-Presidente) Fernando Rodrigues Mota Helder Molina Angelo O. Ojeda Dennis Patrick Gallagher | Membros suplentes Sara Molina Ronald De Leeuw |

PARECER DOS AUDITORES ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R\$123.277 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$425.884 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$444.290 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$123.277 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$425.884 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$444.290 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$123.277 mil, que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$425.884 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$444.290 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020
Deloitte DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda. - CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45 João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O Comitê de Auditoria da MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. ("MONGERAL AEGON") é órgão estatutário, instituído pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 31 de março de 2017 e no âmbito de suas atribuições, está subordinado ao Conselho de Administração e em funcionamento de acordo com a Resolução CNSP nº 321 de 15 de junho de 2015.

De acordo com o que estabelece seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na supervisão da elaboração das demonstrações financeiras da Mongeral Aegon, na avaliação da prestação dos serviços de auditoria externa, além do acompanhamento das atividades da área de controles internos e avaliação da efetividade da auditoria interna e na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria desenvolveu os trabalhos conforme seu Regimento Interno e plano de atividades para o ano de 2019.

Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, e nos pareceres dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social do ano findo em 31 de dezembro de 2019 da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Ainda, no cumprimento das suas atribuições, e conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no seu Regimento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê de Auditoria durante os seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A não estejam estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como das disposições legais e dos normativos regulatórios vigentes.

O relatório completo das atividades do Comitê encontra-se arquivado na sede da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020
Cleide de Sant'Anna Pacheco Presidente do Comitê de Auditoria José Américo Peón de Sá Membro do Comitê de Auditoria Paulo Roberto Pisaurro Membro do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020
pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador CRC 1RJ056588/O-4